

**A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÊ-LA***Nilson Araújo de Souza \****A CATÁSTROFE ECONÔMICA SE AVIZINHA**

Nosso País se aproxima a passos largos do caos econômico. A crise que vem se arrastando desde 1974, atingiu seu momento mais dramático na virada de 1982 para 1983, com o País entrando em estado de insolvência econômica, ou seja, sem possibilidade de honrar seus "compromissos externos". Já havíamos chegado a uma situação bem próxima a essa em julho/agosto do ano passado. O governo só conseguiu protelar para o fim do ano essa situação de insolvência graças, principalmente, a três fatores: 1) utilização irresponsável das reservas cambiais, levando-as a completo esgotamento; 2) tomada dos chamados "empréstimos-ponte", que correspondem a adiantamentos de futuros empréstimos; 3) antecipação pelo governo norte-americano de US\$ 1,2 bilhões por conta de empréstimos futuros ao FMI.

A queima desses cartuchos permitiu o fôlego de que o governo necessitava para participar das eleições. No entanto, todos os recursos foram esgotados e chegou-se à situação em que simplesmente não se tem com que pagar as dívidas vencidas e as que já começam a se vencer. A absoluta impossibilidade de honrar os "compromissos externos", por falta das divisas necessárias, levou o governo a enveredar pelo caminho que, há bastante tempo, vimos dizendo que seria inevitável: o da renegociação da dívida externa. Só que o está fazendo da pior forma possível: submetendo mais ainda o País às exigências do governo norte-americano e dos banqueiros internacionais, sob a forma de "acordo com o FMI". Essa forma significa não só a alienação completa da soberania nacional como a devastação ("argentinização") de nossa economia. Ou seja, a renegociação se está fazendo de modo a assegurar os interesses imperialistas em nosso País e não os interesses nacionais.

A primeira parte da renegociação se deu com o FMI (Fundo Monetário Internacional), famigerada agência dos banqueiros internacionais. O FMI se comprometeu a emprestar cerca de US\$ 6 bilhões ao Brasil (divididos em três parcelas anuais) e o governo brasileiro, em troca, assumiu o compromisso de aplicar em nosso País o "receituário" daquela instituição para "combater" a crise. De posse desse "acordo", o governo apresentou sua proposta de renegociação aos

---

\* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, professor e ex-coordenador do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande, Presidente do Centro de Estudos Políticos e Pesquisas Sociais "Noel Nutels" (São Paulo).

banqueiros, que consiste, essencialmente, no seguinte: 1) converter a parcela da dívida a ser amortizada em 1983 (num total de US\$ 7,2 bilhões), em dívida de longo prazo, com um período de carência; 2) os bancos se comprometeram a emprestar em 1983 cerca de US\$ 4,4 bilhões para cobrir os juros da dívida (na realidade, os juros montam em US\$ 9.1 bilhões que, somando-se aos demais "serviços" e remessas de lucro, atingem um total de US\$ 12.9 bilhões. Como o governo calcula que haverá um superavit da balança comercial de US\$ 6.0 bilhões e dos créditos compensatórios do FMI sobram US\$ 500 milhões para este ano, ficam US\$ 4.4 a descoberto; 3) os bancos se comprometeram a manter linhas de crédito interbancárias (US\$ 10 bilhões) e restabelecer linhas de crédito para financiamento à exportação (US\$ 8.8 bilhões), recursos que, na realidade, serviam para cobrir a dívida de curtíssimo prazo, que se estima variar de US\$ 15 a US\$ 20 bilhões.

O governo deu um prazo até 31 de dezembro passado para os bancos responderem. As respostas, no entanto, não têm sido satisfatórias, principalmente quanto ao restabelecimento das linhas de crédito interbancárias. As positivas vieram, principalmente, dos grandes bancos norte-americanos, que sentem que seu futuro depende da "salvação" do maior devedor mundial. No entanto, os pequenos e médios bancos, particularmente os europeus, continuam reticentes, temendo, evidentemente, arriscar-se numa empreitada sobre cujo desfecho não têm nenhum controle. Boa parte da dívida brasileira (que é em euro-dólar), foi contraída junto aos pequenos e médios bancos europeus. Dada a crise financeira internacional, com dezenas de países decretando moratório ou renegociando suas dívidas, o mais provável é que a insegurança dos banqueiros persista e que o governo brasileiro não tenha sua proposta aprovada nos moldes em que foi feita. Isso significa que ainda não está terminado o processo de renegociação da dívida. Muita água ainda haverá de correr por baixo da ponte, a depender da reação dos banqueiros internacionais. A ausência da resposta e a absoluta falta de divisas já levou o governo a decretar a moratória unilateral das dívidas vencidas em janeiro. É esse o único caminho que deve ser percorrido para resolver a situação de insolvência.

Por outro lado, a proposta do governo supõe um superavit de US\$ 6.0 bilhões na balança comercial, que seria obtido por um aumento de 15% das exportações (de 20 para 23 bilhões) e por uma queda de 15% das importações (de 20 para 16 bilhões). A queda das importações poderia se dar, principalmente a concretizar-se a política recessiva exigida pelo FMI. Mas não tanto na proporção estimada, já que um dos aspectos do "acordo" é precisamente a progressiva liberalização dos controles quantitativos das importações. Quanto às exportações, é absolutamente impossível atingir a meta. No ano passado, caíram em cerca de 15% (de 23 para 20 bilhões) correspondentes à queda de preços mais ou menos nessa proporção. Isso devido à crise dos países avançados e ao recrudescimento do protecionismo nesses países. A OCDE (que é a organização dos países ricos) prevê que a crise persistirá em 1983 e, por conseqüência, também o

protecionismo. Portanto, não haverá o superavit esperado e se agravará ainda mais o estado de insolvência financeira. A discussão sobre a maxi-desvalorização do cruzeiro no seio do governo revela que, até ele, já não acredita no atingimento dessa meta. Assim, o recurso ao FMI, a renegociação nos moldes imperialistas, não solucionará o impasse gerado pela impossibilidade de o País pagar suas dívidas. Continuará a prevalecer essa forma de renegociação, o estado de insolvência. Não bastasse isso, o "plano de emergência" que o governo deverá implementar para receber esse "apoio" do FMI e dos banqueiros será um verdadeiro "plano de devastação nacional". O governo já anunciou as medidas e nunca se saberá se terá anunciado todas, mas as que se anunciaram já são suficientes para se prever o que acontecerá: 1) redução do gasto público, já materializado na redução de 12% dos gastos da União e de 20% nos investimentos das estatais; 2) redução do subsídio ao crédito agrícola, o que significará uma elevação dos juros agrícolas; 3) arrocho das emissões monetárias, que, depois de haverem crescido em mais de 100% em 1982, deverão fazê-lo em apenas 60%, o que significará, na prática, um arrocho no crédito; 4) maior arrocho salarial, principalmente dos salários mais baixos, de onde seriam retirados os 10% acima do INPC (até 3 SM) ou deduzidos 20% do INPC (na faixa de 7 a 10 SM); 5) aumento das tarifas dos serviços públicos, dos derivados do petróleo, do trigo, do aço etc.; 6) aceleração da desvalorização cambial, com ameaças de maxi-desvalorização.

A implementação do conjunto dessas medidas acabaria de arrasar a economia nacional. Seria a verdadeira "argentinização", ou seja, a destruição do parque industrial, amealhado ao longo de cinco décadas. Essas medidas não estão sendo adotadas em 1979/80, quando a economia vinha de um período de três anos de crescimento médio em torno de 6,5% e, portanto, caminhava para o esgotamento da capacidade ociosa, numa situação em que as empresas não passavam sérias dificuldades financeiras. Mesmo naquela situação, as medidas recessivas de 1979/1980 levaram à profunda recessão em 1981, quando o PNB caiu em 4,7% e a produção industrial em mais de 10%, levando o desemprego para um patamar superior aos cinco milhões. Agora a indústria brasileira está operando com mais de 30% de capacidade ociosa, a indústria de bens de capital com cerca de 45% e a siderurgia com cerca de 50%, as empresas estão às voltas com taxas de juros astronômicas, endividadas além do suportável, com carga tributária extra ("Pacote da Previdência" etc.) além de contarmos com quase 6 milhões de desempregados. Ou seja, a economia está muito mais vulnerável e qualquer medida recessiva, por menor que seja, poderá, como um "bumerangue", gerar verdadeira catástrofe. E as medidas do FMI não são medidas quaisquer.

Aproximadamente 60% das encomendas da indústria de bens de capital provêm das empresas estatais. Imagine-se, então, o efeito devastador da redução de 20% dos investimentos das estatais sobre um setor que já opera com 45% de capacidade ociosa. Além disso, a redução dos gastos públicos dos meios de pagamento e dos salários (tanto dos operários quanto dos funcionários públicos) imporá uma redução do consumo, que, somada ao aumento dos custos industriais,

determinado pelas elevadas taxas de juros e pelo aumento das tarifas dos serviços públicos e dos preços dos produtos importados (resultante da desvalorização cambial acelerada), aumentariam as dificuldades das empresas nacionais, levando-as à quebra generalizada, coisa que, aliás, já vem ocorrendo desde o fim do ano. Esse quadro se completaria com a ruína generalizada da agricultura, em função da suspensão do subsídio ao crédito agrícola. Há unanimidade de que o desenvolvimento do capitalismo no campo se deveu, essencialmente, à política de crédito barato. A sua suspensão determinaria, pois, a redução das encomendas de máquinas e equipamentos agrícolas, piorando mais ainda a situação da indústria. A falência da indústria e a ruína da agricultura promoveriam o desemprego em massa, gerando um estado de verdadeira calamidade pública. Não bastasse isso, a elevação das tarifas dos serviços públicos, dos preços dos combustíveis, dos transportes, do açúcar, do trigo, somados à elevação dos preços de todos os produtos agrícolas, além da sua escassez (imposta pela suspensão dos subsídios), faria recrudescer ainda mais o processo inflacionário, tornando a situação insustentável. O recrudescimento de janeiro prenuncia essa situação.

Essa situação, conforme promessa governamental, seria compensada pela melhoria das exportações, por uma política de crédito que faria baixar as taxas de juros, e por uma política de desenvolvimento agrícola. Quanto às exportações, já vimos que é mera ilusão esperar que aumentem neste ano de recessão mundial. Quanto às taxas de juros, as promessas governamentais foram enterradas na reunião do Conselho Monetário Nacional, de 11 de janeiro, quando os empresários esperavam medidas que fizessem baixar as taxas de juros reais de um patamar de 50% para 20%. A frustração foi generalizada com as tímidas medidas adotadas, que, segundo previsões dos empresários, lograrão uma redução de, no máximo, 10%<sup>1</sup>. O desenvolvimento agrícola seria logrado com a destinação de mais créditos para a agricultura; no entanto, é impossível esperar que os agricultores recorram a esses créditos, quando as taxas de juros para o crédito agrícola foram sensivelmente elevadas. As "compensações" ficam, pois, apenas nas intenções. Mas, de boas intenções o inferno está cheio.

## O GOVERNO INSISTE EM SUA POLÍTICA ANTI-NACIONAL

A decisão governamental de submeter a Nação aos desígnios do FMI não constitui apenas a alienação completa de nossa soberania e a devastação da economia nacional. A insistência nessa política constituirá um choque aberto, frontal, com o desejo da Nação expresso nas urnas. Mas essa aventura em que o governo jogou o País, de cunho bastante arriscado, expressa a continuidade lógica da trajetória que vem assumindo. Tão logo imnagurou-se a crise de 1974, o

---

(1) Hoje, um mês depois do início da aplicação das medidas, os juros teimam em persistir no nível anterior.

então governo de Geisel formulou e começou a implementar um programa (II PND), cujo eixo principal era substituir as importações de máquinas, equipamentos e insumos básicos por produção doméstica. Ainda que insuficiente para combater a crise, aquele programa era, no essencial, positivo, já que rompia com um dos principais pontos de estrangulamento do País: a importação de bens de

capital. No entanto, pressionado pelas multinacionais que queriam seguir exportando para o País, pelas multinacionais aqui instaladas na indústria de bens de consumo suntuário que não queriam que seus subsídios se transferissem para outro setor e pelos banqueiros que viram seus "repasses" serem repassados para o BNDE financiar os novos setores, o governo Geisel recuou já no terceiro ano de implementação do programa.

A partir de então, o essencial da política de "combate" à crise passou a ser: preservar, em todos os seus aspectos, o "modelo econômico" dependente. Ao assumir o governo, o Gal. Figueiredo, depois de resolver as disputas entre Delfim Neto e Simonsen, passou a adotar uma política econômica que, ainda que disfarçada originalmente pela demagogia de Delfim, trazia como resultado o agravamento da crise. Foi assim com o "pacote econômico" de dezembro de 1979 e, de maneira mais desbragada, com as medidas abertamente recessivas de fins de 1980, as quais contribuíram decisivamente para a emergência da recessão inicial em fins daquele ano. Pressionado por uma ampla resistência nacional — dada a gravidade da recessão de 1981 — o governo adotou algumas medidas suavizadoras entre fins de 1981 e começos de 1982, que levaram a uma ligeira reanimação econômica no primeiro semestre desse ano. A elevação dos custos financeiros e a redução do mercado interno e externo afundaram, rapidamente, aquela efêmera reanimação, o que se completou com medidas recessivas adotadas pelo governo em agosto: corte de 10% dos gastos da Eletrobrás e de 30% da Sidebrás, controle de gastos nos serviços públicos, além das decisões adotadas pelo CMN em 11 de agosto, que significariam um aperto geral na liquidez financeira da economia. Em outubro foi anunciado um "Plano de Emergência" para implementar-se em 1983, mas as medidas de aumento dos cortes nos gastos públicos e de restrições nas importações começaram a ser imediatamente implementadas. Vê-se, assim, que, salvo o ligeiro interregno anti-recessivo de fins de 1981 e começos de 1982, a política geral de Figueiredo pautou-se por seu caráter recessionista, tanto é assim que os tecnocratas do governo iludiram-se com a perspectiva de o FMI não propor nenhuma medida recessiva além das já adotadas.

É nessa escalada em direção ao abismo que se coloca agora o "plano de devastação nacional" imposto pelo governo norte-americano e pelos banqueiros internacionais, através do FMI. O governo afirma que a adoção desse plano era inevitável em função da situação de insolvência a que o País chegara graças a: 1) queda dos preços das exportações, imposta pela crise mundial e pelo protecionismo dos países ricos; 2) elevação das taxas de juros no mercado internacional; 3) redução, a partir de agosto, da entrada dos empréstimos internacionais,

determinada pela crise aberta com a moratória decretada por vários países. O governo não diz que todas essas são formas que o imperialismo adota para transferir os prejuízos de sua crise para as costas dos países dependentes. Se, normalmente, o imperialismo vive graças à sangria do trabalho e da riqueza dos países pobres, num momento de crise sua sobrevivência passa a depender, centralmente, do aprofundamento dessa sangria. O governo também não diz que o imperialismo pode jogar o ônus da crise sobre as nossas costas porque, ao longo dos últimos 18 anos, adotou-se aqui uma política que, no essencial, aprofundava o atrelamento da economia nacional ao barco furado do imperialismo. Ou seja, a elevação das taxas de juros e a queda dos preços das exportações só nos atingem duramente porque o "modelo econômico.. vigente se fundamenta no endividamento externo e se volta para o mercado externo. Essa situação de dependência, ao conduzir à insolvência atual, permitiu que o governo norte-americano e os banqueiros internacionais dessem o "cheque-mate" e exigissem a entrega do que ainda restava da soberania nacional.

Quando, no ano passado, combatíamos aqueles que, como Langoni, Eugênio Gudín, Simonsen e o então presidente em exercício da CNI Mário Garnero, porque propunham, já naquele momento, essa política de destruição da economia nacional, houve quem dissesse que estávamos alisando a cabeça do governo porque, em lugar de combater sua política real, dirigíamos as baterias contra forças menos poderosas. Não entendiam que, se naquele momento o governo se encontrava imobilizado, a estratégia dos "cavaleiros do medievo" era ganhá-lo para sua política. Não é à toa que o principal articulador da vinda ao Brasil do pres. Reagan foi precisamente Mário Garnero, arqui-testa-de-ferro do imperialismo em nosso País. Também não entendiam que, dado o caráter essencialmente entreguista do governo, a tendência principal era ele ser ganho para aquela alternativa, ainda que à custa de perder suas bases nacionais de sustentação. Daí a premente necessidade de, naquele momento, dar um duro combate às "aves-de-mau agouro" que propunham a devastação nacional. A realidade demonstrou, mais uma vez, que tínhamos razão.

A despeito da nova correlação de forças criada com a eleição, quando a maioria da Nação se manifestou contra a atual situação, o governo, ainda que tortuosamente, envereda pela senda do caos econômico. O próprio governo reconhece na "Carta de Intenções" do FMI que tal perspectiva agravará os "problemas sociais". O que ele está querendo dizer é que aumentarão as "tensões sociais". De fato, está-se "cutucando a cobra com vara curta". As medidas recessivas, num momento em que as energias do povo foram amplamente liberadas no processo eleitoral, atuarão como verdadeira provocação. Todas as classes sociais nacionais serão duramente afetadas. Os trabalhadores irão, às enchurradas, para "o olho da rua" e terão seus salários arrojados. Os agricultores se arruinarão, os pequenos e médios perderão suas terras e encherão as estradas e cidades de "bóias-frias" desempregados, a burguesia rural será arruinada, as classes médias perderão emprego e salário. A burguesia nacional irá maciçamente à falência.

As Forças Armadas verão suas despesas reduzidas e verão a Pátria totalmente subjugada ao imperialismo. Tudo isso em benefício do imperialismo e de seus laçaios internos, os Garnero da vida e os grandes banqueiros. É evidente que não dura muito quem se atreve a provocar dessa forma uma Nação inteira.

## O PROGRAMA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Os tecnocratas do governo costumam passar a idéia da inevitabilidade da sua política econômica, sempre acusando a Oposição de não apresentar nenhuma alternativa. Agora, querem fazer crer que, dada a situação de insolvência a que as "forças externas" conduziram o País, a única alternativa é submeter-se ao FMI e adotar sua política recessiva. No entanto, a realidade mostra o contrário. Há cerca de um ano e meio, conjuntamente com Cláudio Campos, apresentamos à Nação um "Programa de Salvação Nacional", cujo eixo principal consistia em romper com a submissão ao imperialismo, destacando-se o congelamento da dívida externa. O "Programa", naquele momento, não se destinava a aplicação imediata, dada a correlação de forças existentes. Seu objetivo era mostrar à Nação que havia *outra* alternativa, uma alternativa que, contra a devastação nacional, visava salvar o País. O governo sempre se chocou com esse "Programa", particularmente quanto ao congelamento da dívida externa, afirmando sua impraticabilidade. Mas a realidade brasileira hoje é tal que a situação de insolvência econômica levou a que esse mesmo governo começasse a percorrer, ainda que nos moldes imperialistas, o caminho do congelamento, ao suspender os pagamentos de janeiro.

Mas o "Programa de Salvação Nacional" não é alternativa apenas à política econômica geral do governo. É alternativa ao desastre econômico que se prepara com a adoção das medidas do FMI. Dizíamos no meio do ano passado que o agravamento da crise havia levado a uma situação tal que ou se adotavam urgentes medidas anti-recessivas ou a solução imperialista de devastação da nossa economia acabaria por se impor, independentemente de se aprofundarem medidas recessivas. O nível a que chegara a crise fizera esgotarem-se as alternativas intermediárias. Está-se, agora, querendo impor a saída imperialista, o caos econômico, a catástrofe. A iminência do desastre impõe a necessidade de imediata implementação do PSN. Já não se trata mais de mostrar que há *outra* alternativa. Trata-se de aplicá-la de forma imediata ou pereceremos todos. Mais do que isso, como veremos adiante, já existem as condições objetivas para sua aplicação. Trata-se de, rapidamente, gerar as condições subjetivas; o contrário será a catástrofe, o desconhecido. As medidas propostas no PSN visavam, no essencial, barrar a sangria, realizada pelo imperialismo, do fruto de nosso trabalho e aplicar os recursos daí advindos e as energias de nosso povo para modificar o "modelo econômico" vigente, de forma a garantir a independência nacional e a melhoria das condições de vida de nosso povo. E, isso, porque entendemos que a *causa básica* de todos os nossos males é a exploração imperialista em nosso País.

As medidas propostas são as seguintes: 1) fim do desemprego e do arrocho salarial; 2) congelamento da dívida externa; 3) rigoroso controle anti-monopolista; 4) produção de máquinas e bens de consumo de massa; 5) reforma agrária; 6) nacionalização dos bancos; 7) reforma fiscal e tributária. Esse programa econômico se completava com um conjunto de medidas políticas, cujo significado principal era extirpar o autoritarismo em nosso País. Hoje, na iminência de sua aplicação, essas medidas devem ser melhor precisadas, completadas e detalhadas. A própria realidade, com o agravamento da crise e a iminência do desastre, se encarregou de proporcionar os elementos necessários a essa "precisão". Não se trata ainda — porque não estamos no poder e não dispomos de todos os dados necessários — de detalhar todas as políticas a serem adotadas. Trata-se, isso sim, de definir, dentre as medidas, quais as principais e, dentro de cada uma delas, quais os aspectos principais e, a partir daí, articular o conjunto.

## **INDEPENDÊNCIA NACIONAL: A ÚNICA SAÍDA**

Já vimos que a causa básica de todos os nossos males é a expolição que o imperialismo realiza em nosso País; ou seja, é a sangria, das mais variadas formas, do fruto de nosso trabalho pelo capital imperialista. Essa sangria dá-se através da subordinação ao capital financeiro internacional (dívida externa), do domínio de empresas multinacionais em nosso País e do comércio exterior. A própria deformação do desenvolvimento capitalista que aqui se realiza decorre, essencialmente, dessa situação de dependência. Não fosse a apropriação pelo capital imperialista de parcela considerável da renda aqui gerada e a política de arrocho salarial não seria uma necessidade objetiva do desenvolvimento capitalista em nosso País. Não fosse a elevada dívida externa e os banqueiros não poderiam determinar a compra no exterior de boa parte dos bens de capital aqui utilizados (o que leva ao estrangulamento desse setor no País). Foi a expansão das multinacionais na indústria de bens de consumo de luxo, somada ao arrocho salarial, que esmagou a produção interna de bens de consumo de massa. Foi o atrelamento do sistema financeiro interno ao capital financeiro internacional, via dívida externa, que levou à enorme especulação financeira existente no País. O estrangulamento das finanças públicas decorre, no essencial, da política de favorecimento dos monopólios imperialistas, quer sob a forma de isenção de impostos, subsídios ou incentivos, quer criando infra-estrutura para sua instalação. Assim, o "modelo econômico" agonizante é resultado direto da submissão do País ao imperialismo. A modificação do "modelo" e, portanto, a salvação da Pátria depende, antes de mais nada, da superação dessa situação de dependência.

O estrangulamento de nossas contas externas em fins de dezembro passado é apenas uma expressão do esmagamento de nossa economia pelo capital imperialista. O governo atribui essa situação a duas ordens de fatores: 1) as elevadas taxas de juros e a retração dos empréstimos internacionais teriam, de um lado, aumentado as necessidades de desembolso em moeda estrangeira e, de outro, reduzido a captação de recursos externos para fazer face a esses mesmos desembolsos; 2) a queda dos preços dos produtos exportados (em média em



15%), determinada pelo protecionismo e pela crise dos países centrais, teria reduzido ainda mais a captação dos recursos necessários para honrar os compromissos externos. O governo "se esqueceu" de uma terceira ordem de fatores: a forte presença de multinacionais em nosso País redundando na sangria de nossa economia, quer pela remessa de lucros, quer pelo pagamento de "royalties" sobre tecnologia já existente no país, quer pelo sub ou superfaturamento. O governo também "se esqueceu" de dizer que o aumento dos juros, a queda dos preços dos produtos exportados, o aumento das remessas de lucros (diretas ou pela via dos "royalties" do sub e do superfaturamento) são os mecanismos que o imperialismo utiliza para sugar o fruto de nosso trabalho e que essa situação se agravou no ano passado porque os monopólios centrais — passando por uma profunda crise — estão jogando seus prejuízos nas costas dos países dependentes. O governo também "se esqueceu" de dizer que o imperialismo só está podendo descarregar o ônus da sua crise sobre nós porque nosso "modelo econômico" está totalmente atrelado ao exterior e porque se insiste em adotar, aqui dentro, uma política que aprofunda esse atrelamento.

O principal aspecto da dependência de nosso País ao imperialismo é a subordinação aos banqueiros internacionais pela via da dívida externa. Por várias razões: 1) a dívida externa permite a chantagem dos banqueiros internacionais e do governo norte-americano sobre nosso País, levando à adoção de medidas radicalmente anti-nacionais, como é o caso do "pacote do FMI"; 2) a sangria do fruto de nosso trabalho dá-se, principalmente, através do pagamento dos "serviços" da dívida; 3) os banqueiros forçam a compra de máquinas e equipamentos no exterior, levando ao estrangulamento da indústria nacional. Não é à toa que o debate do segundo semestre do ano passado em torno da questão nacional se circunscreeu, centralmente, à questão da dívida externa. E foi precisamente por aí que começou a explodir o "modelo", quando o governo foi forçado — pela circunstância de não dispor de um tostão para "honrar os compromissos externos" — a iniciar o processo de renegociação da dívida (acordo com o FMI e reunião com os banqueiros de 20 de dezembro) e de posterior congelamento (suspensão do pagamento durante o mês de janeiro). No entanto, como vimos no primeiro capítulo, esse processo ainda não está encerrado e muita água ainda haverá de correr por baixo da ponte. Além disso, a proposta de renegociação do governo não resolverá o problema do "tensionamento externo", nem só por ter sido feita nos moldes imperialistas mas, também, porque joga para um pouco mais tarde a insolvência atual, sem resolver o problema, na medida em que renegocia apenas parte da dívida e apenas a correspondente ao ano de 1983. O que deve ser feito é a imediata moratória da dívida pelo tempo necessário à reconstrução da economia nacional, o que deverá durar, no mínimo, três anos. Tal medida permitirá fugir à chantagem estrangeira sobre nosso País, estancar a parte mais expressiva da sangria econômica e reduzir as importações de máquinas e equipamentos mediante sua produção interna. Ou seja, criará as condições para avançarmos na conquista da independência nacional.

Quanto à presença das multinacionais em nosso País, nem só detêm quase a metade do controle do setor industrial como possuem ou controlam as maiores empresas e os setores de ponta da economia nacional. Isso significa que, além de serem fonte de forte transferência da renda nacional para o exterior (lucros, "royalties", sub e superfaturamento) deformam o desenvolvimento da economia nacional. Isso se dá de várias formas: 1) desenvolvendo preferencialmente a indústria de bens de consumo de luxo e estrangulando a indústria de bens de capital e de consumo popular; 2) dificultando o desenvolvimento tecnológico do País, tanto porque paga "royalties" sobre tecnologia estrangeira (de que já existe similar nacional) como porque não dissemina no País a tecnologia estrangeira que absorve; 3) esmagando, quer pela política de preços, de tecnologia ou de crédito, a empresa nacional, particularmente a pequena e média e aqueles que, como a indústria de auto-peças, se subordinam às multinacionais. Tanto para estancar a sangria da renda nacional como para liberar o progresso econômico, atualmente contido pelas multinacionais, torna-se necessário estabelecer rigoroso controle sobre suas atividades em nosso País. O controle da remessa de lucros deve fundamentar-se nas seguintes medidas: 1) retorno à Lei de Remessa de Lucros de 1962, que deve ser adotada simultaneamente com uma política de tributação mais rígida sobre essas empresas; 2) suspensão imediata de todo pagamento de "royalties" de tecnologia de que haja similar nacional; 3) as multinacionais devem praticar política de preços externos que evitem o sub e superfaturamento; 4) fim a todo favorecimento creditício, fiscal ou cambial às multinacionais aqui instaladas. Por outro lado, a deformação da economia nacional, realizada por essas empresas, deve, progressivamente, ser corrigida, adotando-se, inicialmente, as seguintes medidas: 1) readequação de parte do parque de bens de consumo de luxo (particularmente de automóveis), em direção a outros bens mais essenciais. Algumas medidas, nesse sentido, ainda que tímidas, começaram a ser adotadas pelo II PND; 2) obrigatoriedade de disseminar a tecnologia que trazem para o País, particularmente para as empresas estatais; 3) rigoroso controle para impedir que as multinacionais usem seu maior poder financeiro e tecnológico para esmagar a empresa nacional; 4) nacionalização das empresas que controlam setores industriais ou minerais estratégicos, ou seja, que sejam decisivos para o desenvolvimento nacional. Um rígido controle sobre o conjunto de atividades das multinacionais jamais poderá realizar-se se feito de maneira burocrática, ou seja, apenas por um órgão do poder público. Para ser eficaz, esse controle deve ser profundamente democrático, o que só será possível se feito através de comissões de fábricas compostas pelos trabalhadores e vinculadas aos sindicatos de categoria. O órgão estatal encarregado do controle deverá atuar em acordo com as comissões e os sindicatos. O controle dependerá, também, da eliminação do "segredo comercial" das multinacionais, pois, só com a "abertura" de todos os seus livros contábeis às comissões, será possível obter um controle do conjunto de suas atividades.

Um último aspecto essencial de nossa dependência é a forma como se

dá a integração da economia nacional ao comércio mundial. Vimos que um dos principais problemas, reconhecido, inclusive, pelo governo, que afetou a economia brasileira em período recente, foi o da drástica queda dos produtos exportados. A isso se soma a elevação dos preços dos bens de capital importados dos países imperialistas. Essa é uma importante fonte de transferência de riquezas nacionais para o exterior e, portanto, de estrangulamento da economia nacional. Isso se deve, principalmente, à "necessidade" de importação de bens de capital e ao fato de nosso comércio exterior ser centralmente atrelado aos países imperialistas. Medidas no sentido de corrigir essa distorção já foram adotadas pelo atual e pelo governo anterior. No entanto, o fato desses governos haverem baixado a cabeça para as pressões imperialistas fizeram com que aquelas medidas não fossem muito longe. Quanto à importação de bens de capital, o II PND adotou um plano arrojado de substituição de importações, mediante o estímulo fiscal e creditício à produção interna. Mas o governo não suportou dois anos de pressões e o programa foi abortado. Trata-se agora de: 1) a partir do congelamento da dívida externa, não se submeter a qualquer compra no exterior de produtos produzidos aqui dentro; 2) adotar um programa de estímulo à recuperação da indústria de bens de capital, que hoje opera com cerca de 45% de capacidade ociosa; 3) fazer um balanço de todos os bens importados, cuja produção interna é possível imediatamente e suspender de imediato suas importações; 4) readequar parte do setor de bens de consumo duráveis para produzir bens de capital. Só essas medidas deverão cortar pela metade as importações de máquinas e equipamentos. Além disso, deve ser adotado amplo programa que complete a substituição de importações nessa área, mediante incentivos fiscais, creditícios e apoio tecnológico. Por outro lado, só evitaremos a espoliação comercial realizada pelos países imperialistas se diversificarmos nosso comércio exterior. Desde o começo dos anos setenta, vem sendo adotada uma política nesse sentido. O resultado foi que a participação dos países centrais capitalistas nas nossas exportações reduziu de 75% em 1970 para cerca de 60% em 1980, enquanto sua participação nas nossas importações reduziu de 75% para cerca de 50%. No entanto, seu peso ainda é muito grande e só será reduzido mediante as seguintes medidas: 1) redução da importação de bens de capital, produzidos centralmente pelos países ricos; 2) aprofundamento da política de aproximação comercial com os demais países do Terceiro Mundo; 3) aprofundamento da política de aproximação comercial com os países socialistas.

Por fim, o governo fala em Política Externa Independente e diz que a adota. De fato, o País deve poupar suas relações com o resto do mundo nos critérios que salvaguardem o interesse nacional, ou seja, que garantam a soberania nacional, rejeitando-se, pois, qualquer forma de subordinação política, econômica ou militar. Assim, o relacionamento com todos os povos do mundo deve ser conduzido segundo o princípio da autodeterminação. No entanto, é mera falácia mencionar-se política externa independente nos marcos da atual situação de de-

pendência financeira, tecnológica, comercial, etc. A condição *sine qua non* para praticarmos uma política verdadeiramente independente nas nossas relações externas é rompermos, da forma acima assinalada, com a subordinação de nossa Pátria ao imperialismo. Ou seja, as medidas acima propostas são a condição da garantia da independência nacional. Por outro lado, ao realizarmos o rompimento com a dependência, a Política Externa Independente é a condição necessária para preservarmos a independência nacional. E essa situação só será plenamente garantida se, conjuntamente com uma política de defesa dos interesses dos povos do Terceiro Mundo, adotarmos uma prática no contexto do não-alinhamento. O governo diz rejeitar os "alinhamentos automáticos" e, de fato, pressionado pela crise internacional e pela mobilização nacional, tem adotado várias atitudes positivas nesse campo. No entanto, como demonstra a "ida ao FMI", a situação estrutural de dependência terminou cobrando seu preço. O único não-alinhamento eficaz conduz necessariamente à integração do Brasil no Movimento dos Países Não-Alinhados, que reúne os interesses dos povos subdesenvolvidos contra a espoliação imperialista.

## **NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS**

O rompimento com os laços de dependência criam as condições para destruir o "velho", o "modelo econômico" agonizante que conduz o País à catástrofe, porém, não trará nenhum resultado se não adotarmos as medidas necessárias para construirmos o "novo", o "modelo econômico" independente e voltado para o atendimento das necessidades nacionais e populares. E o "novo" só será construído se, além de liberarmos as energias das massas populares, mobilizarmos a imensa massa de recursos financeiros de que dispõe o País para aplicá-la naqueles setores ou atividades que "puxem" a reconstrução da economia nacional. Em qualquer país capitalista, na atual fase de capitalismo monopolista — como é o caso do Brasil — a maior parte dos recursos financeiros está concentrada nas mãos dos bancos. Em nosso caso, estes, respaldados pela política governamental de financiamento de déficit público e de captação de recursos e atrelados que são ao capital financeiro internacional (resolução 63), além de praticarem uma política de elevadas taxas de juros, dilapidam boa parte de seus recursos na especulação financeira. Ou seja, além do estrangulamento da empresa nacional promovido pelos elevados custos financeiros, a esterilização de boa parte dos recursos na especulação financeira reduz, significativamente, o crédito que poderia ser canalizado para o "setor produtivo". O resultado é que o sistema bancário privado se circunscreve, basicamente, aos financiamentos de curto prazo, deixando o financiamento dos investimentos a cargo dos bancos estatais.

Só um controle efetivo do sistema financeiro poderá criar as condições para que seus recursos sejam canalizados em direção aos setores prioritários. No entanto, o poder monopólico dos bancos (as matrizes bancárias caíram de cerca de 140 em 1970 para cerca de 70 em 1980) e seu atrelamento ao sistema finan-

ceiro internacional (em 1975, os bancos privados estrangeiros já possuíam 57% do capital dos bancos privados aqui instalados; além disso, mesmo os bancos nacionais estão atrelados pela via de captação de recursos externos, resolução 64, etc.) impedem qualquer controle eficaz. O governo, pressionado pelas necessidades da acumulação de capital, já tentou várias formas de controle, todas, no entanto, fadadas ao fracasso. Alguns exemplos: 1) o II PND decidiu canalizar boa parte dos recursos que repassava ao sistema financeiro privado (em 1980, 30% dos recursos que os bancos estatais canalizavam para o setor privado eram repassados através dos bancos privados) para o BNDE financiar a expansão da indústria de bens de capital e insumos básicos. No entanto, pressionado pelos bancos, o governo voltou atrás dois anos depois, estrangulando a indústria nascente; 2) freqüentemente, o governo busca controlar as taxas de juros através da fixação da taxa máxima; todas as vezes, os bancos fugiram à taxa fixada, usando de expedientes tais como "saldo médio", "reciprocidades", etc; 3) o governo tem fixado parcelas dos recursos à disposição dos bancos que devem ser canalizadas para a agricultura; no entanto, além de emprestarem, basicamente, aos grandes proprietários, os bancos usam de mil malabarismos para fugir às taxas fixadas.

As condições já estão dadas para um controle eficaz. E, por outro lado, ou o realizamos ou pereceremos todos na catástrofe econômica que se avizinha. O fato de acima de 60% do capital bancário pertencer ao Estado, de boa parte dos recursos mobilizados pelos bancos privados provirem de repasses dos bancos estatais e de o número de bancos ser cada vez menor (pelo processo de monopolização crescente) permite unificar rapidamente todo o sistema bancário num banco nacional único. Quando, a partir da década de sessenta, Delfim Neto promoveu o processo de fusão do capital bancário dizia-se que o objetivo era reduzir os custos financeiros. De fato, esse processo, na medida em que racionaliza melhor as operações bancárias e permite utilizar melhor os equipamentos existentes, possibilita uma redução dos *custos dos bancos*. A fusão de todos os bancos num único banco multiplicaria por mil os efeitos "racionalizadores". No entanto, o atual poder monopólico dos bancos e seu atrelamento ao sistema financeiro internacional impediram que essa redução dos custos fosse repassada para os tomadores de empréstimos, além de favorecer mais ainda a especulação financeira. Assim, concomitantemente com a formação de um Banco Nacional Único, seu *controle* deve passar para as mãos do Estado, ou seja, deve ser *nacionalizado* o sistema bancário. O congelamento da dívida externa favorecerá essa medida porque retirará a dependência de nosso sistema financeiro ao sistema financeiro internacional.

As forças reacionárias buscam instigar o pavor contra a nacionalização dos bancos, brandindo o argumento de que isso seria a confiscação dos bens. Na realidade, a não ser dos bancos estrangeiros, a nacionalização não modificará, no mínimo, as relações de propriedade. Todos os *proprietários nacionais* de ações junto aos bancos manteriam, na íntegra, suas ações. A modificação seria que, ao formar o Banco Único, seu controle efetivo passaria para as mãos do Estado e, a

partir daí, os imensos recursos concentrados nos bancos passariam a ser utilizados de acordo com a definição da política estatal. E aí, sim, o controle eficaz seria possível, mas não seria exequível, (por mais rígidos que fossem os controles), se se mantivessem os bancos separados, caso em que seria impossível as complicadíssimas e astutas manobras a que os bancos recorrem para fugir aos controles governamentais. Além do mais, a nacionalização não é bicho-de-sete-cabeças, pois vários países capitalistas (com o é o caso da França), já recorreram a esse tipo de medida, como forma de "proteger" a economia nacional. Dado o grau de monopolização dos bancos e a participação estatal no sistema bancário, a medida de nacionalização seria muito simples, já que os proprietários nacionais manteriam suas ações. Bastaria unificar a contabilidade e resolver a questão da parcela do capital bancário global pertencente a bancos estrangeiros. Os custos seriam imensamente reduzidos e o imenso volume de capitais à disposição dos bancos poderia ser imediatamente canalizado para garantir o desenvolvimento nacional. Os bancos deixariam de ser instrumento de especulação e de esmagamento da economia nacional para passarem a ser instrumento de progresso. No momento atual, quando os banqueiros estrangeiros estão pressionando o governo para "abrir" mais novas portas à sua penetração, como condição para aceitarem o conjunto de proposta governamental de renegociação da dívida, coloca-se mais ainda na ordem-do-dia a necessidade inadiável da nacionalização dos bancos como medida de defesa da economia nacional.

## **SETOR PÚBLICO: ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

A intervenção do Estado na economia brasileira sempre serviu de alavanca para o desenvolvimento do capitalismo no País. Entre as décadas de 30 e 50, a política econômica do Estado, coadjuvada pela ação das empresas estatais então criadas, funcionou como forma de garantir o desenvolvimento capitalista voltado para o mercado interno de bens de consumo popular. Durante o governo JK e, mais particularmente, de 1964 em diante, o Estado passou a atuar na economia, essencialmente, no sentido de favorecer o processo de internacionalização e monopolização da economia brasileira. As empresas estatais, na medida em que operam em setores fundamentais e fornecem seus produtos ao setor privado a preços subsidiados, têm funcionado como importante instrumento de desenvolvimento, só que, no último período, favorecendo centralmente aos monopólios estrangeiros. Os gastos públicos, por seu lado, nem só têm operado como mecanismo dinamizador do mercado como também "puxado" o processo de acumulação de capital. Assim, tanto a expansão da empresa estatal como os gastos públicos são verdadeiros instrumentos para o desenvolvimento, só que, até agora, utilizados sob a "camisa-de-força" dos monopólios imperialistas, salvo em seu momento inicial. A importância do Estado, hoje, na economia, mede-se pelos seguintes dados: 1) cerca de 50% do patrimônio líquido das 7.545 maiores empresas não-financeiras instaladas no País pertencem às estatais; 2) mais de 60% do capital bancário pertencem ao Estado; 3) acima de 50% da for-

mação bruta de capital fixo são realizados pelo Estado; 4) o Estado é responsável por cerca de 45% do emprego direto e indireto gerado no País.

Os monopólios imperialistas desde 1974 iniciaram uma luta contra a "estatização" da economia brasileira, alegando o "gigantismo" das empresas estatais ou a "socialização" da economia. Na realidade, essa grita visava "abrir" para a participação "privada", as empresas estatais que passaram a render elevados lucros. A informação de que as estatais estavam "penetrando" na "área privada", no essencial, é falsa. Das 663 estatais existentes em 1980, cerca de 420 se localizavam na área de serviços básicos em geral (transportes, armazenagem, planejamento, desenvolvimento, fomento à pesquisa, etc.), 86 na área industrial (principalmente, insumos básicos), 34 no setor primário (basicamente, mineração e petróleo). Todos são setores essenciais para o desenvolvimento e, por isso, devem estar sob o controle estatal. A grita imperialista, no entanto, foi mais forte do que as necessidades do desenvolvimento nacional e, a partir de fins de 1981, iniciou-se um processo de desestatização da economia. Agora, com a submissão ao FMI, pretende-se ir mais longe nesse processo: um dos pontos da "carta de intenções" consiste na redução da participação do Estado na economia. E o governo já anunciou as medidas primeiras: redução de 20% dos investimentos das estatais e de 12% do orçamento da União. Ora, numa situação como a nossa em que a maior parte dos investimentos na economia provém do Estado, a redução dos investimentos e dos gastos estatais nessa magnitude, sem dúvida, levará ao caos econômico, principalmente na indústria de bens de capital, que vende 60% de seus produtos para o Estado e, atualmente, encontra-se com 45% de sua capacidade ociosa.

A recuperação do investimento público e a utilização adequada das empresas estatais poderão funcionar como verdadeira alavanca do desenvolvimento econômico nacional. Para isso, o programa de gastos públicos tem que levar em consideração as prioridades nacionais. Atualmente, as empresas estatais se concentram, basicamente, nos setores estratégicos da economia. O impulso ao seu desenvolvimento, junto à nacionalização das empresas estrangeiras existentes nas áreas estratégicas, deve estar a serviço de uma estratégia de desenvolvimento que se pautar pelo princípio da soberania nacional. Ou seja, empresas estatais devem ser utilizadas, não como coadjuvantes da expansão imperialista no País — como ocorreu no governo JK e no período de 1964 para cá — mas, sim, como instrumento na luta contra a dominação imperialista; como, por exemplo, ao desenvolver e/ou se apropriar de uma tecnologia independente, ao vender seus produtos a baixo preço para a empresa nacional, ao concentrar recursos financeiros em setores estratégicos, etc. Também devem ser utilizadas como instrumento a serviço do bem-estar da população, ao oferecer bons serviços a preços acessíveis à população, contrariamente à atual política, exigida pelo FMI, de elevação das tarifas dos serviços públicos. Os gastos públicos da administração direta e das autarquias devem ter como critério, não o subsídio ou incentivo à instalação de multinacionais em nosso País (como ocorre atualmente), mas sim, à aplicação

nos serviços que promovam o bem-estar da população ou no estímulo ao desenvolvimento de setores econômicos voltados para os interesses nacionais e populares.

Para que o Estado melhor possa cumprir esse papel, deve poder mobilizar recursos financeiros suficientes, para isso sendo necessária uma reforma fiscal em profundidade, que atinja tanto os gastos como as receitas. Atualmente, a receita do Estado provém, principalmente, das classes ou camadas pobres da população. Os monopólios empresariais, praticamente, não pagam impostos porque: 1) o imposto de renda é regressivo; 2) há uma série de isenções fiscais; 3) se beneficiam de um conjunto de incentivos e subsídios governamentais; 4) a fraude é generalizada, conforme denunciou o Ministério da Fazenda no ano passado; 5) recebem volumosos juros dos títulos da dívida pública que adquirem. Enquanto isso, o povo é obrigado a pagar os impostos diretos (de renda e encargos sociais) na fonte e a pagar os indiretos ao comprar as mercadorias. O critério essencial para a reforma tributária é liberar as camadas mais pobres da taxaço e fazer os impostos pesarem sobre as grandes empresas ou proprietários de patrimônio. A liberação dos mais pobres poderá ocorrer pelas seguintes vias: 1) liberação do imposto indireto sobre os produtos ou serviços essenciais; 2) ampliação da faixa de liberação do imposto de renda. Quanto à taxaço dos "mais ricos", as medidas poderiam ser as seguintes: 1) aplicação da real progressividade do imposto de renda; 2) aplicação da progressividade dos encargos sociais; 3) aumentar a taxaço dos produtos de luxo, aprofundando o que já foi iniciado; 4) eliminação imediata das isenções e incentivos fiscais e créditos aos grandes grupos empresariais; 5) taxaço de lucros extraordinários; 6) aumento da taxaço dos lucros enviados ao exterior; 7) controle efetivo da contabilidade dos grandes grupos empresariais, particularmente dos monopólios estrangeiros, como forma de evitar a fraude. Fazer os "mais ricos", realmente, pagar imposto e extinguir a "proteção" que lhes é facultada (incentivos, subsídios, isenções etc.) é a forma de dotar o Estado dos recursos necessários à implementação do programa que estamos propondo, podendo funcionar como alavanca do desenvolvimento independente.

Por outro lado, existe uma distorção do sistema tributário brasileiro que, a bem do desenvolvimento mais harmônico ao nível nacional, deve ser imediatamente corrigida. Trata-se do seguinte: 1) concentração da arrecadação do ICM nos Estados que lideram a produção industrial em detrimento dos estados ou regiões mais atrasadas; 2) concentração dos recursos fiscais nas mãos do governo central, o que também prejudica os estados mais débeis. Essa distorção deve ser corrigida mediante um sistema que: 1) fixe uma parcela maior do tributo para os Estados e Municípios, reduzindo a parcela da Federação; 2) altere o sistema de arrecadação do ICM, talvez atribuindo o imposto gravado ao Estado consumidor e não ao produtor.

Vimos que as empresas estatais devem operar como alavanca para o desenvolvimento independente, para isso atuando nos setores estratégicos da



economia. No entanto, além de disporem dos recursos necessários (que deverão provir do Banco Nacional Único e de recursos próprios), só poderão cumprir suas funções a serviço dos interesses nacionais e não dos interesses imperialistas — como ocorre atualmente — se estiverem submetidas ao “controle democrático da sociedade”. A forma através da qual a “sociedade” poderá eficazmente controlar as atividades das empresas estatais, evidentemente, será através de quem trabalha nessas empresas, ou seja, seus funcionários, que, para cumprir essa tarefa, deverão organizar-se em comitês de empresa vinculados aos sindicatos da área. O avanço do movimento sindical dos funcionários das empresas públicas, como é o caso da área do petróleo e da energia, e as propostas que têm feito no sentido de corrigir as distorções dessas empresas criam amplas possibilidades de rapidamente implementar-se esse controle. O 4.º Encontro de Trabalhadores em Empresas Estatais, marcado para fins de março, deverá aprofundar essa tendência.

## O NOVO CARRO-CHEFE DA ECONOMIA

O setor dinâmico da economia brasileira desde a segunda metade dos anos 50, ou seja, aquele setor de ponta que “puxa” o “desenvolvimento” dos demais, tem sido o da indústria de bens de consumo duráveis ou de “luxo”. Esse setor, como se sabe, se desenvolveu sob controle estrangeiro. Sua expansão acelerada, desproporcional, distorceu o desenvolvimento industrial no País porque: 1) ao estrangular a expansão da indústria de bens de capital, obstaculizou a independência tecnológica do País e abafou as possibilidades de maior desenvolvimento nacional; 2) ao estrangular a expansão da indústria de bens de consumo popular, contribuiu (somado a outros fatores), para que o desenvolvimento industrial se fizesse de forma profundamente excludente. A desproporção do crescimento daquele setor e o conseqüente estrangulamento dos demais, como já vimos, constituem uma das principais causas da profunda crise que, hoje, vive nosso País. O agravamento da crise, ao reduzir, significativamente, no período recente as vendas de duráveis, revela objetivamente o “limite” da expansão desse setor. Esse “limite” já havia sido “percebido” na época do II PND pelo governo Geisel, o qual traçara uma estratégia simultânea de readequação da indústria automobilística (deslocando parte dela para a produção de caminhões e ônibus) e de incentivo à expansão da indústria de bens de capital. No entanto, dadas as pressões imperialistas, essa mudança de ênfase setorial da economia não foi muito longe.

Trata-se, agora, de levar às últimas conseqüências essa readequação do aparato produtivo. De nada adianta reativar a economia nos marcos do “modelo” vigente, pois as contradições da “desproporção” intersetorial fariam a crise retornar rapidamente e com maior profundidade. Só se garantirá efetivamente a independência nacional e se evitarão os estrangulamentos da Balança de Pagamento se o novo setor a “puxar” o conjunto do desenvolvimento econômico for o de bens de capital. Já vimos no capítulo sobre “Independência nacional: a

única saída", porque a expansão interna desse setor "resolve" uma parcela do estrangulamento externo. A adoção das medidas ali sugeridas deverá ser completada por amplo programa de ampliação desse setor, a ser traçado em conjunto entre um Conselho de representantes do setor e o Ministério da Indústria e Comércio. A importância central da expansão da indústria de bens de capital não é tanto resolver os estrangulamentos da Balança de Pagamentos e sim permitir a independência tecnológica do País e garantir as condições para a produção desses produtos a baixo custo (pois seria eliminada a espoliação imperialista na venda desses produtos a países dependentes) o que favorecerá amplamente o conjunto do desenvolvimento industrial. O desenvolvimento da indústria pesada é, pois, a pedra angular do novo estilo de desenvolvimento econômico.

Mas não basta expandir a indústria pesada se os frutos do progresso não redundarem em benefício da maioria da população, que tem sido marginalizada durante esses anos todos de "modelo econômico" dependente. O progresso econômico só se voltará efetivamente para o atendimento das necessidades populares se for adotado amplo programa de expansão da indústria de bens de consumo popular. Se este programa for respaldado pela expansão do setor de bens de capital, o resultado haverá de ser o desenvolvimento da produção e da produtividade dos bens de consumo popular, barateando seus preços e permitindo o amplo acesso da população. Esse setor corresponde, basicamente, à pequena e média indústria nacional, que, no momento, está indo em massa à falência. Dentre as primeiras medidas, deve estar, pois, a reativação da indústria existente. Soma-se a isso a conversão de parte da indústria de duráveis para produzir bens de consumo de uso coletivo, como transportes coletivos, etc. Aqui também cabe a formação de um Conselho da Indústria para, conjuntamente com o MIC, formular a estratégia para esse setor.

Assim, o setor de duráveis de consumo deixará de ser o setor de ponta para ser o "rabo" do progresso industrial. Isso não significará, necessariamente, que parará de crescer. Só significa que crescerá menos do que os demais, ainda que num primeiro momento poderá até decrescer, o que, na realidade, já está ocorrendo em função da recessão econômica. A "desproporcionalidade" inicial será eliminada — como já vimos — pela transformação de parte dessa indústria em indústria de bens de capital e de consumo popular. Essa transformação deverá ocorrer não só pela transferência de todos os incentivos fiscais e creditícios ligados a esse setor para os setores de bens de capital e de consumo popular, como também mediante planejamento global, realizado a partir de levantamento das reais possibilidades técnicas de conversão.

A expansão acelerada da indústria de bens de capital e da de bens de consumo popular será respaldada pelas seguintes medidas: 1) apoio efetivo das empresas estatais, que funcionarão como base para seu desenvolvimento; 2) transferência de todos os incentivos fiscais e creditícios ligados atualmente à indústria de bens de consumo duráveis; 3) apoio financeiro do novo Banco Nacional Único; 4) apoio tecnológico realizado pelo Estado; 5) expansão do merca-

do interno, promovido pelas medidas de melhoria das condições de vida da população.

### **“REFORMA AGRÁRIA AMPLA, MASSIVA E IMEDIATA”**

A estrutura agrária vigente no País é uma das principais responsáveis pela profunda crise que atravessa o País. Por outro lado, está-se gestando numa verdadeira crise agrária. Vimos que o modelo dependente supõe a “necessidade” de obter divisas internacionais e fim de garantir as importações de máquinas e equipamentos e garantir a evasão de renda (remessa de lucros, royalties, juros, prestações da dívida). Para garantir essas divisas, exige-se crescentes exportações, destacando-se as de produtos agrícolas. Daí a “necessidade” de preservar a grande propriedade exportadora, com todos os incentivos fiscais e creditícios. Por outro lado, a fim de garantir a super-exploração dos trabalhadores urbanos, o mercado interno de alimentos é abastecido pela pequena propriedade, que pode vender seus produtos a preços mais baixos, devido ao fato de não se basear, centralmente, no critério do lucro máximo. Assim, a estrutura do latifúndio-minifúndio responde às necessidades da economia dependente e, por isso, nem só foi preservada como ampliada.

No entanto, as próprias contradições do desenvolvimento capitalista dependente fizeram o campo romper sua “unidade” com a urbe. Em primeiro lugar, a voragem de lucros das multinacionais foi espremendo totalmente o produtor rural no processo de comercialização, de um lado vendendo implementos e insumos agrícolas a preços escorchantes e, por outro lado, comprando produtos agrícolas a preços aviltantes. Além disso, o pequeno produtor não tem o menor acesso ao crédito ou à assistência técnica: em 1976, recebia apenas 11% do total do crédito agrícola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural previa o atendimento de apenas 4% dos minifúndios em 1977. Por fim, a intensificação da produção para exportação a partir dos anos setenta, realizada na grande propriedade e em moldes crescentemente capitalistas, incentivada pelo governo, financiou amplamente no sentido de arruinar mais ainda os já arruinados pequenos produtores, levando-os à proletarização (hoje, deve haver em torno de dez milhões de trabalhadores rurais sem terra). O resultado é que a produção agrícola para o mercado interno praticamente estagnou nos anos setenta. No “auge” do “modelo econômico”, em 1973/74, houve escassez generalizada de produtos agrícolas, fazendo os preços estourarem. Esse fato contribuiu, decisivamente, para elevar os custos industriais e para a emergência da crise. Tanto o governo Geisel quanto o atual governo tentaram corrigir esse problema, promovendo uma política de crédito barato e fácil à agricultura; no entanto, a apropriação de boa parte pelos grandes proprietários, que o usaram em grande parte na especulação financeira e imobiliária ou na produção para exportação, impediu a solução do problema do abastecimento interno. Por outro lado, a estreiteza do mercado rural, imposta pela estrutura agrária concentrada, impediu que

o campo servisse de escoadouro da produção industrial no momento em que a recessão restringiu o mercado interno e a crise e o protecionismo dos países ricos restringiram o mercado externo.

Mas não foi apenas a agricultura que contribuiu para a crise geral. Agora o que se gesta é uma verdadeira crise agrária. A preservação da estrutura agrária vigente, agravada pela expansão do capital no campo, promoveu primeiro, como vimos, uma crise da pequena produção e do abastecimento interno. A agricultura de mercado externo teve enorme prejuízo no ano passado, em face da queda drástica dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional. Ou seja, estrangulou-se a agricultura de mercado interno para favorecer a expansão do mercado externo e agora esta começa a ser estrangulada pela crise no mercado mundial. Mais uma vez, a situação de dependência cobra seu preço. Além disso, mais grave ainda, a suspensão do subsídio ao crédito agrícola, exigida pelo FMI, agravará mais ainda a situação da agricultura de mercado externo, podendo levá-la a uma aguda crise. Há unanimidade de que a "modernização" do campo deu-se graças à política de crédito agrícola, que se voltou centralmente para a agricultura de exportação. Formou-se, em consequência desse processo, uma burguesia agrária de porte médio, que usa tecnologia moderna, trabalho assalariado e produz para o mercado externo. O fim do subsídio vem se somar à queda dos preços internacionais para levar a "agricultura moderna" e ao "latifúndio exportador" a aguda crise. A dominação imperialisista acabou por unificar a crise da agricultura de mercado interno com a crise na agricultura de mercado externo, o que poderá levar, rapidamente, a verdadeira catástrofe no campo.

A crise agrária, que vem se desenvolvendo desde o início dos anos 70, aproxima-se agora de seu grau máximo. Durante o processo de agravamento dessa crise, as tensões sociais no campo foram se avolumando. O proletariado rural vem realizando lutas importantes, destacando-se as greves dos canavieiros de Pernambuco. Na área dos posseiros, particularmente no Norte e Centro-Oeste do País, havia cerca de dois milhões de pessoas envolvidas em conflitos no ano passado. Os pequenos produtores do Rio Grande do Sul têm realizado mobilizações sistemáticas (com o recurso da ocupação de cidades com carros e tratores) em defesa de seus preços e pela modificação da política agrícola. A burguesia agrária de São Paulo, do Centro-Oeste do Rio Grande do Sul e da região do cacau na Bahia têm também realizado manifestações contra a política governamental para a agricultura. E agora, se posiciona abertamente contra a suspensão do subsídio. Avizinham-se momentos de grandes conflitos no campo e de grandes mobilizações para barrar o caos que se aproxima.

O agravamento da crise agrária e dos conflitos no campo colocam, mais do que nunca, na ordem-do-dia a realização da reforma agrária. Chega o momento em que esta deixa de ser uma bandeira de justiça social ou uma "reforma de base" para transformar-se na única forma de evitar a profunda crise agrária que se aproxima, além de ser importante fator na solução da crise nacional. É impossível prever, exatamente, como ocorrerá. É, porém, possível chegar-se a algumas

indicações. A regra geral é de que o conjunto de terra, ressalvando apenas as parcelas dos pequenos produtores, deverá ser nacionalizada. Isso significará a imediata eliminação da renda da terra (decorrente do monopólio da terra), cujo efeito imediato será o rebaixamento dos preços dos alimentos e das matérias primas de origem agrícola. Além disso, ao eliminar o monopólio da terra e reduzir os custos de produção, permitirá ampla mobilização de recursos no campo, favorecendo o desenvolvimento da agricultura. Por fim, impedirá que o desenvolvimento do capital no campo reconcentre a propriedade fundiária. No entanto, a forma como será utilizada a terra dependerá das particularidades regionais, das formas atuais de exploração, do grau de desenvolvimento do capital no campo, etc.

Nas áreas onde predomina o latifúndio parcelário e improdutivo (dados de 1972 do INCRA mostram que apenas 54,24% da área dos latifúndios eram explorados) ou nas terras compradas para especulação (exemplo disso é que, mesmo no Estado de São Paulo, onde a agricultura se encontra mais desenvolvida, os proprietários declararam em 1976 que havia 2,6 milhões de hectares considerados aproveitáveis que não estavam sendo explorados), a terra deverá ser imediatamente distribuída entre aqueles que nela trabalham ou querem trabalhar. O mesmo deverá ser feito com as terras atualmente pertencentes ao Estado e aquelas (que sejam do Estado ou de particulares) atualmente ocupadas por posseiros. A distribuição das terras deverá ser feita sob controle direto dos sindicatos rurais das FETAG's e da CONTAG. A participação direta dos trabalhadores evitará que a burocracia protele ou arraste indefinidamente o plano distributivo. A mera distribuição dessas terras a cerca de dez milhões de trabalhadores rurais sem terra permitiria aumentar significativamente a utilização da força de trabalho e da terra e elevar, dessa forma, a produção agrícola. No entanto, não bastará entregar terras. Os atuais pequenos proprietários as possuem e nem por isso deixam de viver miseravelmente. Deverá ser montado amplo programa de crédito (e para isso servirá a nacionalização dos bancos) e da assistência técnica, tanto para os novos como para os antigos pequenos produtores. Além disso, para garantir preço justo e condições favoráveis de comercialização da produção agrícola, o Estado deverá ampliar o atual sistema de apoio à comercialização, garantindo a compra e a distribuição de toda a produção agrícola, exterminando, assim, o "atravessador". Entretanto, será impraticável o atendimento individual aos milhões de pequenos produtores que resultarão da reforma agrária. Deverá, pois, ser estendido a todo o País e desenvolvido o atual sistema cooperativo, eliminando-se os entraves burocráticos e o poder econômico, atualmente nas mãos dos grandes produtores.

Situação distinta deverá suceder naquelas áreas onde predominam as modernas empresas rurais, baseadas no trabalho assalariado e na tecnologia moderna. Já vimos que essas empresas entram, agora, num processo de profunda crise, que poderá por em risco o desenvolvimento das forças produtivas já alcançadas. Não só será impossível, tecnicamente, a repartição dessas terras, como re-

presentará atraso ao desenvolvimento das forças produtivas. A eliminação da renda da terra lograda com a nacionalização da terra permitirá retirar essas empresas da atual crise, o que será reforçado pela retomada do apoio creditício do Estado. Os trabalhadores, como já ocorre atualmente, deverão seguir lutando por melhorias das condições de vida e de trabalho, acrescentando a bandeira de participação na gestão das fazendas. O Estado deverá garantir todos os direitos trabalhistas aos proletários do campo. No entanto, aquelas fazendas cujos proprietários criem obstáculos à melhoria das condições de vida de seus trabalhadores ou boicotem a produção deverão de ser desapropriadas no interesse social.

Por fim, 36 milhões de hectares de terra (que corresponde a cerca de 10% das terras cadastradas) estão, hoje, nas mãos do capital estrangeiro. Ali onde estejam operando em moldes modernos, sua nacionalização significará que a gestão passará para as mãos do Estado, com a participação dos trabalhadores e funcionários. Onde as terras se encontrem ociosas (pois compradas para especulação), deverão ser distribuídas.

O resultado imediato dessa reforma agrária será por fim à crise agrária e contribuir de maneira decisiva para a salvação da economia nacional. Em primeiro lugar, porque possibilitará a elevação expressiva da produção agrícola, já que permitirá utilizar mais eficientemente os recursos disponíveis. Em segundo lugar, resultará no abastecimento das cidades a preço mais baixo. Terceiro, ao elevar e distribuir melhor a renda gerada no campo, ampliará o mercado de bens de consumo popular. Ou seja, além de suprir-se com abundância de produtos agrícolas baratos, a indústria contará com mercados ampliados. O desenvolvimento tecnológico que se obteria faria aumentar, sensivelmente, o mercado da indústria de máquinas e implementos agrícolas. Quarto, contribuirá para por fim ao desemprego. Finalmente, além de o acesso à terra e a aplicação dos direitos trabalhistas nas empresas rurais melhorarem as condições de vida dos trabalhadores rurais, o barateamento dos alimentos contribuirá para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e demais setores populares urbanos.

## “JUSTIÇA SOCIAL”

O mero processo de retomada do desenvolvimento econômico nos moldes aqui propostos — ou seja, mediante a participação popular na gestão econômica — possibilitará, por si só, melhorar as condições de vida do povo. No entanto, para que o desenvolvimento nacional se volte efetivamente — e não apenas nas intenções — para o atendimento das necessidades populares, faz-se necessária a adoção de medidas voltadas para esse fim. Destacamos as seguintes:

**Emprego** - Além do desemprego estrutural inerente ao capitalismo (que no Brasil se agrava pela economia dependente), o desemprego se alastrou como praga em nosso País como conseqüência imediata da grave crise que assola nossa economia. Atualmente, além dos milhões de subempregados, calcula-se que o desemprego aberto já se aproxima dos seis milhões de trabalhadores. A implemen-

tação das medidas do FMI promoveria verdadeiro flagelo nessa situação, aproximando-a da situação dos flagelados das secas nordestinas. A recuperação industrial, a realização da reforma agrária e o desenvolvimento da construção civil (ver "Habitação" e "Saneamento Básico") funcionariam como importante alavanca para combater o desemprego. No entanto, não devemos deixar o combate ao desemprego ao sabor do automatismo da expansão econômica. O Estado deverá adotar programa específico nesse sentido, que contemple: 1) programa de obras públicas que, além de melhorar o "equipamento social", gere emprego; 2) estímulo à expansão de setores econômicos "intensivos em trabalho"; 3) amplo estímulo à construção civil; 4) garantia de estabilidade no emprego.

**Salários** — De 1964 a 1974 (período de maior esmagamento dos trabalhadores pela política de arrocho salarial da ditadura), o salário mínimo real caiu em cerca de 40%. Como os reajustes desse salário regulam os reajustes das faixas de menores salários, é possível prever que os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos — onde se situam pelo menos 3/4 da força de trabalho — tenham experimentado idêntico "arrocho" de 1974 a 1978/79, fruto do avanço das conquistas democráticas e da mobilização dos trabalhadores, estes conseguiram deter a queda do salário real, obtendo melhora (na faixa do salário mínimo) de cerca de 6%. De 1979 a 1980, na vigência da nova lei salarial que redistribuiu renda ao interior dos salários e não mexe nos lucros, os cálculos oficiais indicam melhora de pouco mais de 1%, em termos reais, na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Ou seja, o salário real da maioria dos trabalhadores encontra-se, hoje, acima de 30% abaixo do de 1964. Tal fato não só leva os trabalhadores à miséria como "estreita" o mercado interno e agrava a crise. As medidas, nessa área, deverão ser as seguintes: 1) reposição, no período máximo de dois anos, do salário real de 1964; 2) melhoria do salário real, de acordo com a evolução da produtividade; 3) adoção da escala móvel de salários, impedindo que os salários sejam corroídos pela inflação (ou reajuste trimestral). A garantia de que essas medidas serão efetuadas depende essencialmente, da garantia do livre direito de greve e de sindicalização.

**Participação dos lucros** — A atual sistemática de "participação nos lucros" (programa PIS/PASEP) tem seu aspecto positivo. No entanto, é mais um engodo, na medida em que fixa uma participação irrisória e impossibilita sua utilização pelos trabalhadores. A parcela deve ser elevada, além de fixarem normas de participação nos lucros extraordinários. Por outro lado, é necessário "democratizar" tanto a utilização como a aplicação dos fundos daí decorrentes. Ou seja: 1) deve-se flexibilizar as normas de utilização dos fundos; 2) sua gestão deve passar para um órgão único, que tenha a participação dos trabalhadores.

**Habitação** — A situação de moradia do povo brasileiro atinge as raias da calamidade pública, de que são exemplo principal as populações faveladas, que crescem vertiginosamente. Em 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, baseado, centralmente, no Banco Nacional de Habitação e cujos fundos provêm,

principalmente, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O objetivo propagandeado era o de "resolver" o problema da habitação no Brasil. No entanto, até agora, tem favorecido muito mais aos tubarões imobiliários, enquanto a situação da moradia se agrava dia a dia. No período recente, apenas 20% dos recursos do S.F.H. foram destinados à habitação popular, sendo que 60% deles se destinaram a financiar moradia de quem ganha acima de dez salários mínimos. De fato, a sistemática de pagamento e o elevado custo das prestações tornam proibitivo o acesso das camadas pobres às "vantagens" através do FGTS e não recebe esse financiamento de volta sob forma de moradia. A garantia de condições dignas para o povo passa, necessariamente, pela solução do problema da moradia, o que se fará mediante: 1) medidas que ponham fim à especulação imobiliária urbana; 2) democratização da gestão do BNH, com participação dos trabalhadores; 3) fim à transferência de recursos públicos para o sistema privado de habitação, devendo os mesmos ser utilizados no programa de habitação popular; 4) destinação de todos os fundos do BNH para o programa de habitação popular; 5) fixação de limite máximo (digamos, 10%) de participação da prestação da casa própria sobre o salário do comprador; 6) urbanização das favelas; 7) imediato congelamento dos alugéis; 8) doação de terrenos e estímulo à auto-construção sob a forma de mutirões e cooperativas habitacionais.

**Saúde** — As precárias condições de saúde decorrem, principalmente, das péssimas condições de vida e de trabalho da maioria da população, mas também de uma *política* de saúde voltada, centralmente, para o lucro dos grandes hospitais e das multinacionais dos remédios. Exemplo claro dessa política é a transferência crescente das obrigações de atendimento hospitalar do sistema previdenciário público aos hospitais privados, sob o sistema de "credenciamento". Soma-se a isso o fato de que quase 100% da indústria farmacêutica instalada no País, pertence a multinacionais. A retomada do desenvolvimento, agora voltado para o atendimento das necessidades da população, será importante fator no combate às péssimas condições de saúde. No entanto, deverá ser implementada uma política de saúde que se volte para o atendimento da população e não para o lucro privado. Essa política deve contemplar: 1) expansão do sistema público de atendimento hospitalar, pondo fim aos "credenciamentos" que o INAMPS faz aos hospitais privados; 2) garantia de tratamento hospitalar gratuito aos trabalhadores e ao povo pobre; 3) nacionalização imediata da indústria farmacêutica e conseqüente racionalização dos remédios; 4) garantia de medicamentos gratuitos ou a baixo custo para as camadas pobres da população; 5) retorno à participação dos trabalhadores na gestão do sistema previdenciário.

**Educação** — Os problemas da educação brasileira se resumem no seguinte tripé: 1) elevado índice de analfabetismo; 2) elevado índice de evasão escolar; 3) baixo nível de ensino. Esse tripé é decorrência imediata do total descaso do governo em relação à educação: a participação das verbas com educação no total do orçamento da União baixou de 12% em 1964 para cerca de 4% atualmente. Uma



política educacional que se proponha, de fato, a erradicar o analfabetismo e a preparar o povo para participar ativamente do desenvolvimento nacional deve contemplar: 1) um programa de alfabetização (tipo o adotado na Nicarágua), que envolve professores, estudantes, funcionários públicos e trabalhadores num amplo esforço de mobilização nacional, para, num período curto, erradicar o analfabetismo, tarefa simultânea com a mobilização dos novos alfabetizados e alfabetizadores para o esforço de reconstrução nacional; 2) retorno dos 12% do orçamento da União para a educação e destinação de 25% dos orçamentos dos Estados e municípios; 3) ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis; 4) aperfeiçoamento das condições de ensino e preparação dos professores; 5) adequação dos currículos às necessidades nacionais e populares; 6) desenvolvimento do ensino técnico profissionalizante; 7) autonomia e democracia da Universidade.

**Transporte coletivo e saneamento básico** — A situação dos bairros e favelas é a expressão do estado de calamidade em que tem sido jogada a população brasileira. Além de pessimamente servidos de pavimentação, esgotos, água e luz, as tarifas são cada vez mais proibitivas. Não bastassem essas condições, o trabalhador ainda se submete ao massacre de um sistema de transporte coletivo deficiente, em péssimas condições e a um custo exorbitante. Deve ser implementado rápido programa de obras públicas voltadas para a solução dos problemas na área de saneamento. A solução dos problemas do transporte coletivo passa, necessariamente, pelas seguintes medidas: 1) reestruturação do sistema de transporte, desenvolvendo o sistema de metrô nas grandes metrópoles e o sistema de ônibus elétricos e trens suburbanos elétricos nas demais grandes cidades; 2) reestruturação da indústria automobilística em direção à produção de ônibus; 3) estatização das grandes empresas de transportes coletivos e concessão de subsídios às pequenas e médias; 4) rigorosa fiscalização na qualidade dos serviços prestados à comunidade. Quanto às tarifas dos transportes e dos demais serviços públicos, são necessárias as seguintes medidas: 1) congelamento das tarifas; 2) garantia de 1/2 passagem para estudantes e trabalhadores; 3) dentro de determinado limite de utilização, as tarifas dos serviços públicos devem ser fixadas de acordo com o salário do usuário; 4) criação de Conselhos de Tarifas, reunindo empresários, governo e usuários.

## **NOVO PODER EM GESTAÇÃO**

Diferentemente do que pensa a democracia pequeno-burguesa, os governos estaduais e municipais da Oposição serão importantes alavancas na luta pela conquista da independência nacional e da democracia em nossa Pátria. A democracia pequeno-burguesa oscila entre dois sentimentos, que têm a mesma origem. Ora, teme que os governos da oposição traiam o voto popular e conciliem com o regime entreguista. Essa insegurança expressa profunda desconfiança na

força do povo e nas energias que desataram na histórica campanha que culminou no 15 de Novembro. Por outro lado, afirma que, como esses governos não detêm nenhum *poder real*, nada poderão fazer para modificar o atual "modelo econômico e político", ou seja, deverão circunscrever-se aos "limites" de suas fronteiras, enquanto o poder central seguirá "podendo tudo". Outra vertente do mesmo matiz diz que é reformismo, "eurocomunismo", querer utilizar esses governos para fazer qualquer transformação, pois essa só virá com a revolução. A pretexto de um pseudo-radicalismo, o máximo que se chega com essa postura é levar a Oposição a reboque do regime entreguista, já que este traçaria os limites da atuação dos governos oposicionistas. A pretexto de evitar a "conciliação", se estaria promovendo a conciliação mais descarada.

O problema de fundo que leva a essa insegurança da democracia pequeno-burguesa é que ela ainda não percebeu o significado do momento que estamos vivendo. O encurralamento crescente da ditadura, realizado pelo avanço das conquistas democráticas de nosso povo, amplamente favorecido pela situação revolucionária que vivemos, permitiu que, na disputa por importante parcela do poder, as forças nacionais, democráticas e populares derrotassem a ditadura *sob a ditadura*. Tal fato criou uma situação em que, ainda que o poder central principal, siga nas mãos do regime entreguista e fascista (representando uma parcela minoritária da Nação), uma parcela do poder, ainda embrionária, débil, passou para as mãos das forças nacionais, democráticas e populares, representando a ampla maioria da Nação. Esse poder embrionário está sob a direção da burguesia nacional e da democracia pequeno-burguesa, que o leva, necessariamente, a claudicações. Defender que sua ação deve circunscrever-se aos "limites de suas fronteiras" — como o faz a democracia pequeno-burguesa — é a melhor forma de favorecer essas vacilações e, aí sim, "fazer o jogo do regime".

Esse poder embrionário não só pode como deve começar as transformações que serão realizadas com a revolução nacional, democrática e popular. Pode, porque, dada a dualidade de poderes vigente, dispõe de *poder real*, ainda que embrionário e débil. Deve, porque: 1) debilitará o inimigo; 2) acumulará forças para o posterior "assalto aos céus"; 3) eliminará o espaço para a conciliação com o imperialismo; 4) manterá a confiança que o povo nele depositou. Na área econômica, podem ser dados passos no sentido de ir modificando o "modelo econômico" vigente. Alguns exemplos do que pode ser feito: 1) realizar a reforma agrária nas terras do Estado; 2) direcionar os créditos dos bancos estatais para a empresa nacional e a pequena e média propriedade agrícola; 3) direcionar os incentivos e subsídios governamentais para a empresa nacional de bens de capital e de consumo popular. O contrário seria seguir privilegiando as multinacionais e, aí sim, conciliar com o imperialismo. Na área política, além de impedir a repressão sobre o povo (de que a extinção dos DEOPS é um exemplo), podem os governos oposicionistas contribuir para democratizar a vida nacional, favorecendo a participação popular no seu interior, através de Conselhos Populares. Compromissos nesse sentido foram assumidos, por exemplo, pelo governador Montoro.

## UNIR A NAÇÃO PARA ROMPER COM A DEPENDÊNCIA

A origem da atual crise e da catástrofe que nos ameaça é a submissão do País ao imperialismo, notadamente o norte-americano. Qualquer tentativa de solucionar a crise que não rompa definitivamente com a dependência só aproximará o País do abismo. Esse rompimento é a condição *sine qua non* para modificar o "modelo econômico" dependente e reconstruir a economia nacional. Essa é a tarefa gigantesca que exige a mobilização de todas as forças vivas da nação. Só essa mobilização liberará as energias necessárias ao esforço de reconstrução nacional e criará as condições para "peitar" o imperialismo que, sem dúvida, procurará, por todos os meios, boicotar esse processo de reconstrução da Nação.

O desastre econômico que se avizinha, a indignação crescente das massas de todas as camadas sociais diante das medidas do FMI, o acirramento das divisões que a submissão ao FMI produzem no interior do regime, o aumento das condições para deslocar para o lado da Nação os setores nacionais que ainda são "enquadrados" pelo regime e, por fim, a demonstração inequívoca de que o atual governo é incapaz de tirar o País da grave crise que atravessa — ao contrário, aumentando sua submissão ao imperialismo e, nessa medida, provocando o agravamento da crise —, tudo isso coloca na ordem-do-dia a necessidade de unir a Nação para romper com a dependência e aplicar o Programa de Selvação Nacional.

O atual governo é *incapaz* de cumprir essa gigantesca tarefa, de realizar essa *revolução*, não só porque tem sido *historicamente*, na sua essência, pró-imperialista. Mas do que isso, adota, no momento atual (a despeito do acirramento das contradições com sua base nacional), não uma política imperialista qualquer, mas uma política imperialista que leva à devastação nacional, radicalizando seu compromisso imperialista. E, por isso mesmo, encontra-se, agora, mais do que nunca (mais do que as eleições revelaram), profundamente isolado na Nação, chocando-se frontalmente com ela ao submeter-se à chantagem dos banqueiros internacionais.

A submissão ao FMI, na medida em que significará um pesado ônus sobre as costas das *forças nacionais* que se articulam em torno do regime — a grande burguesia nacional e as Forças Armadas —, tenda a aprofundar seu descontentamento e suas contradições com o imperialismo, ampliando as "brechas" ao interior do regime e aumentando as condições para essas forças deslocarem-se para o lado da Nação. Isso não significará, no entanto, seu deslocamento automático, pois parte desses setores, na medida em que não *vêem* ou *sentem* uma alternativa clara à política do FMI, tendem a vê-la como algo inevitável. A única forma de favorecer esse deslocamento é: 1) deixar claro que a alternativa do imperialismo leva ao desastre da Nação e deles próprios; 2) mostrar uma alternativa econômica e política clara; 3) levantar um poderoso movimento de massas em torno dessa saída.

O eixo principal, a coluna dorsal, da União Nacional necessária a sal-

var o País do caos econômico — e, portanto, do governo que emergirá desse processo — são as forças que *atualmente* já integram a Frente Nacional, Democrática e Popular, concentradas principalmente no PMDB, dado seu maior compromisso com a Nação, revelado ao longo de 17 anos de luta. Os governos da Oposição, atualmente existentes, serão instrumento decisivo para a consolidação da União Nacional e a conquista desse novo poder. A principal *debilidade atual* da Frente é sua dificuldade (expressa na reunião da executiva do PMDB, realizada em fins de janeiro) em se assumir enquanto *alternativa imediata de poder para salvar a Nação*, ou seja, não haver ainda assumido em profundidade a necessidade de unir a Nação para romper com a dependência e modificar o modelo econômico.

A debilidade da Frente de assumir a liderança enquanto *poder nacional* deve-se, essencialmente, ao fato de ser *atualmente* hegemônica pela burguesia nacional e pela democracia pequeno-burguesa. A burguesia nacional já se está apercebendo da necessidade da União Nacional. No entanto, o fato de ter assimilado insuficientemente o Programa de Salvação Nacional e de não ter ainda adquirido plena consciência da poderosa força atual da Frente e da debilidade do regime leva-a a vacilações e a entendimentos com setores do regime baseados não tanto na *União contra o imperialismo* e, sim, na tentativa de solucionar o “impasse institucional” (Oposição com maioria do povo e governo com maioria do colégio eleitoral)). Quanto à democracia pequeno-burguesa, sua intimidação diante das gigantescas tarefas que temos pela frente e o conseqüente temor de “cooptação” levam-na a temer a ampliação da Frente (sob o ingênuo pretexto de que isso favoreceria a manutenção do domínio imperialista no País. Como? Se a *única União Nacional possível* é, precisamente, contra o imperialismo?) e a pensar o PMDB, não como Frente, mas como um partido que deve seguir na oposição e se estruturando para chegar ao poder, não se sabe quando.

As energias liberadas pelas massas populares durante o processo eleitoral e a multiplicação delas na atual “campanha contra o FMI” (ver discussão sobre provável greve geral para barrar o “roubo” dos salários) ampliarão, sensivelmente, a disposição para lutarem, efetivamente, pela salvação da Pátria. Para elas, coloca-se: ou o desemprego, o arrocho salarial, a miséria, a fome, o caos; ou a salvação da Pátria. Nos fios invisíveis que unem os milhões de trabalhadores — que se tornam cada vez mais visíveis — estão sendo tecidas as teias da revolução nacional, democrática e popular. Apesar disso, boa parcela do povo não se jogou mais profundamente no processo eleitoral ou, inclusive, não votou na Oposição, devido, essencialmente, à debilidade da direção, que ou não promoveu as mobilizações possíveis e necessárias, ou, ainda, não apresentou uma saída clara, inequívoca, para o atual estado de coisas, o que permitiu florescer um razoável grau de confusão em parcelas do povo.

Pode-se dar voltas à vontade, mas não se consegue escapar de uma verdade ineludível: a de que a questão crucial para a Nação seja a solução para o “impasse”, a salvação da Pátria, se resume na necessidade de direção firme para

a Frente Nacional, Democrática e Popular. As vacilações e debilidades da burguesia nacional e da democracia pequeno-burguesa, co-partícipes da direção atual da Frente, poderão deduzir-se com o agravamento da crise e a ampla mobilização do movimento de massas. No entanto, essas vacilações e debilidades só serão completamente neutralizadas, quando a Frente se colocar sob uma direção firme, a *direção da classe operária*, a única que tem a firmeza e a "amplitude" necessárias para "unir a Nação e romper com a dependência". O momento que vivemos, o momento que se aproxima da "hora da virada", é, simultaneamente, o momento de solução dos problemas de direção da Frente. Ou esse problema se resolve rapidamente ou a revolução patinará no lodaçal das vacilações e debilidades.

A classe operária terá conquistado a direção, na medida em que *seu* programa para a atual etapa da revolução brasileira tenha sido aceito pela maioria das forças nacionais, democráticas e populares e em que *suas* ações políticas e de massa passem a ser, *objetivamente*, decisivas para o desfecho positivo das transformações que se avizinham. Mas essa "situação ideal" não se conquista por decreto nem cai do céu. É, sim, em cima da luta real. A grande batalha, de cuja solução dependem os destinos da Nação, é a batalha para barrar o desastre econômico, a política do FMI. De nossa vitória nessa batalha depende o futuro da Pátria. É no decurso dessa batalha decisiva — na qual deveremos levantar um poderoso movimento de massas e fazer ampla divulgação da *saída nacional* — onde estão colocadas as condições para que a direção das forças nacionais passe, *efetivamente*, para as mãos da classe operária. Todas as energias devem estar canalizadas nessa direção. Todos os instrumentos de Frente devem ser ganhos para se colocarem a serviço dessa batalha. Amplas mobilizações de massa! *É esse o caminho para resolver a atual debilidade da Frente*. O caudal que se formará arrastará a todos em torno da única saída possível. Romper-se-ão as debilidades e vacilações da burguesia nacional e da democracia pequeno-burguesa. Constar-se-ão os cordões umbilicais que mantêm presos os setores nacionais que ainda estão "enquadrados" pela ditadura.

O "ponto de coesão" do governo que emergirá desse processo — o Governo da Unidade Nacional — deve ser o total rompimento com a dependência ao imperialismo e a transformação da economia nacional para atender aos interesses nacionais e populares. No entanto, para cumprir essa tarefa gigantesca, deverá liberar as energias populares — o que só se conseguirá numa situação de amplas liberdades democráticas. Assim, o desmantelamento de todo o aparato repressivo de tipo fascista e de toda a legislação fascista é tarefa fundamental do novo governo.

A conclusão de que a conquista cabal e definitiva de um governo desse tipo depende de a direção das forças nacionais ser conquistada pela classe operária não significa, necessariamente, a impossibilidade de constituir-se um governo de "União Nacional" sem a hegemonia operária. Numa situação de total

ingovernabilidade pelo atual governo e de uma ainda relativa debilidade da classe operária, poderá ser negociada a entrega do poder (ou parte dele) a um governo "mais moderado".

Caso venha a se formar um governo de "União Nacional" que não esteja, no essencial, baseado no *Programa de Salvação Nacional*, não será mais que uma farsa e funcionará como instrumento de contenção das massas (à base do engano). Um governo assim preservará, no essencial, o caráter pró-imperialista do atual governo (por mais "democrático" que possa ser) e, por isso, como o atual, não será capaz de tirar o País da crise. A esta altura, é impossível meio-termo: ou um governo pró-imperialista ou um governo nacional, democrático e popular. A classe operária só deverá apoiar ou participar de um governo que, no fundamental, tome medidas efetivas contra a dominação imperialista em nossa Pátria. Qualquer governo de "União Nacional" que não tenha essa característica deverá contar com a firme oposição da classe operária, pois, na realidade, de "União Nacional" só terá o nome.

Janeiro de 1983